

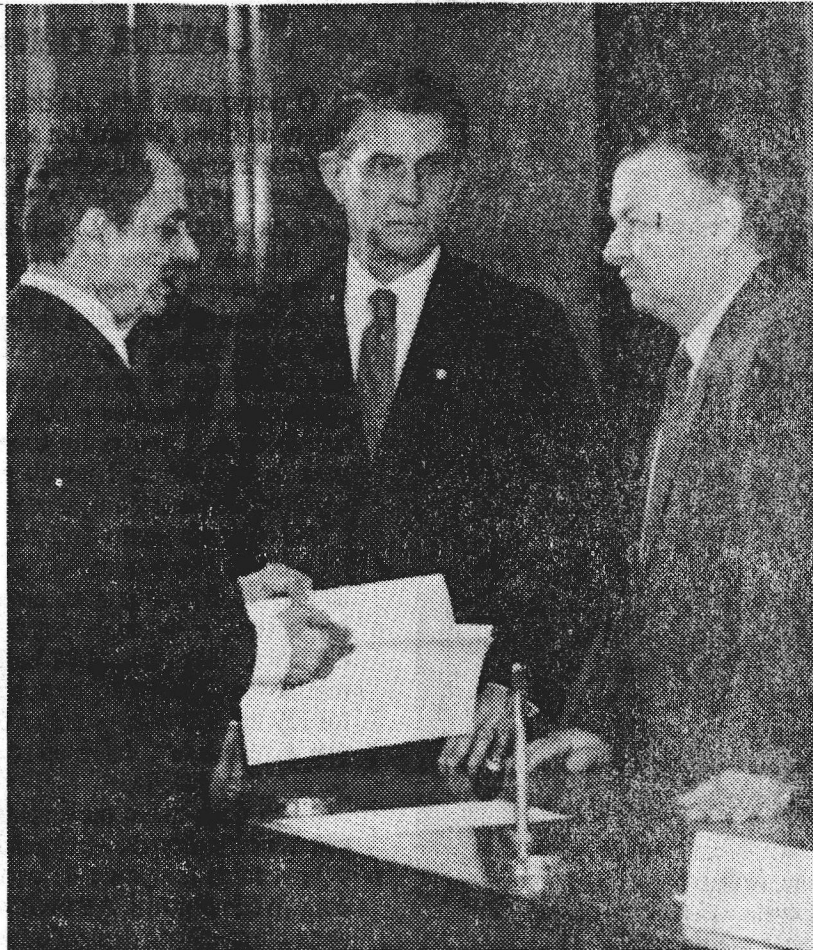
Ibsen não justifica a indicação dos 'anões'

■ Deputado atribui nomeações na Comissão de Orçamento a indicações do PMDB nos estados e dá outras respostas evasivas

Brasília — Luiz Antonio

BRASÍLIA — Pressionado por vários parlamentares da CPI a explicar por que, como líder do PMDB e presidente da Câmara, indicou vários dos sete anões para a Comissão do Orçamento e afastou dois diretores da assessoria técnica que se chocaram com o esquema de corrupção, Ibsen Pinheiro deu respostas evasivas, escudando-se em aspectos formais para sair pela tangente. Ele negou, por exemplo, que tenha sido o responsável pela nomeação de José Geraldo (MG), Cid Carvalho (MA), Manoel Moreira (SP) e Genebaldo Correia (BA) como relatores parciais da Comissão de Orçamento. "As indicações foram feitas pela bancadas do PMDB nos principais estados. Eu apenas confirmei", garantiu, sem convencer o plenário.

Solicitado pelo senador Eduardo Suplicy e pelo deputado José Genoíno, ambos do PT de São Paulo, a esclarecer as razões de ter demitido da chefia da assessoria técnica da Câmara o funcionário Roberval Batista de Jesus, que denunciou em 1991 a existência de um esquema para fraudar o Orçamento, Ibsen disse que houve um conflito entre Roberval e a Comissão. "Foi o presidente da comissão, o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), que me pediu a demissão do servidor. Para prestigiá-lo, eu assinei o ato, sem mergulhar no mérito da questão", disse Ibsen. Ele deu explicação semelhante para o afastamento, meses depois, do sucessor de Roberval, o funcionário José



Ibsen, entre Simon (E) e Klein, defendeu-se com argumentos técnicos

Roberto Nasser, que também entrou em choque com José Carlos Alves dos Santos.

Genoíno interpelou duramente Ibsen, acusando-o de ter feito uma aliança política com o núcleo da corrupção, ao não dar andamento ao pedido de instalação, em 1991, de uma CPI do Orçamento, que "contava com o número necessário

de assinaturas. Ibsen deu uma explicação técnica: a CPI não teria sido instalada porque a Mesa Diretora do Congresso, presidida pelo senador Mauro Benevides (PMDB-CE), da qual ele não fazia parte, avocou para si o problema. "Em respeito à independência e à harmonia entre as duas casas, eu não poderia interferir".